

Editorial



Osvaldo Cabral
osvaldo.cabral@diariodosacores.pt

Os 2%

O deputado independente Carlos Furtado levantou esta semana uma questão pertinente: que sustentabilidade pode ter uma governação dependente de dois partidos que não chegam a 2%?

O parlamentar considera que é “inviável” governar nestas condições, “réfém de minorias” e de “dois deputados”.

De facto, o que assistimos nos últimos dias por parte do Chega e do IL, exigindo do governo a aprovação de propostas bastante polémicas, em troca do voto dos dois deputados em sede de Orçamento Regional, é um exagero político com consequências negativas para todos os partidos da coligação, incluindo os dois mais pequenos.

A proposta dos 1.500 euros para gastar nas farmácias é mesmo tonta, inconstitucional porque discriminatória e uma cedência ao Chega.

Este extremismo, tolerado pacientemente por Bolieiro, vai aumentar de tom à medida que nos aproximamos das eleições, numa estratégia desesperada para os mais pequenos segurarem os seus eleitorados.

Se o Chega e o IL estivessem “colados” incondicionalmente à coligação, seriam “engolidos” no próximo acto eleitoral, na medida em que os seus eleitores certamente iriam preferir votar na coligação, “porque estão todos em sintonia”.

Ora, a única alternativa dos dois partidos afirmarem a sua autonomia junto do seu eleitorado é criar a sensação de que têm um caminho próprio, que não estão sempre de acordo com a coligação e que conseguem visibilidade política com as propostas que o deputado independente classifica de “chantagistas”.

No fundo, a estratégia de ambos é afirmarem-se como a “voz crítica” da coligação, criando o seu próprio espaço e tentando segurar os seus eleitores.

Se estivessem todos de acordo, como reagiria um eleitor dos dois partidos? “Bom, se são todos iguais então é mais seguro votar na coligação, que tem mais hipóteses de ganhar”.

É uma estratégia arriscada, porque ao extremar posições poderão obter uma resposta diferente dos eleitores, sobretudo se as propostas “chantagistas” não forem consistentes e o eleitorado as considerar “uma idiotice”, como disse o deputado independente.

Presumo que na discussão deste Orçamento para 2023 vamos continuar a assistir a este endurecer de posições, mas nenhum deles terá a ousadia de reprová-lo e provocar eleições antecipadas.

No próximo ano sim, quando faltar apenas um orçamento e alguns meses para novo acto eleitoral, então serão os próprios três maiores partidos da coligação que poderão jogar uma cartada, provavelmente também arriscada, mas decisiva para captar mais eleitorado, rompendo com os dois pequenos e ficando a aguardar que um deles, ou os dois, tomem a iniciativa de provocar eleições antecipadas.

Até lá, vamos continuar a assistir a este jogo desgastante, mas também de muita paciência.

O papel da oposição

Enquanto a coligação anda nestes “jogos florais”, a desgastar-se a si própria, o PS anda a desbaratar o seu capital enquanto oposição.

Desde que Vasco Cordeiro assumiu o cargo de Presidente do Comité das Regiões, ocupando-se dos temas europeus em Bruxelas, o PS ficou entregue a rapazes, com posições públicas fora da realidade, sem propostas, rostos cansados e sem credibilidade, fazendo o mesmo papel, errado, que o PSD fazia quando estava na oposição.

O prestígio que Vasco Cordeiro tenta ganhar lá fora corre o risco de ser desbaratado cá dentro se não tiver mão no partido e melhorar a qualidade das intervenções de alguns dos seus dirigentes.

Agora percebem, apesar de tudo, a falta que faz Francisco César?

Um terço dos açorianos ainda está em risco de pobreza



O INE já tinha revelado: no que respeita ao risco de pobreza, os Açores foram a região do país que, em 2020, pelo segundo ano consecutivo, mais baixou esse indicador (- 6,6 p.p.), deixando de ser a região com a taxa mais alta (21,9%), agora com uma taxa inferior à da Madeira (24,2%).

Apesar desta diminuição, os Açores continuam com uma taxa alta de risco de pobreza, que vale a pena lembrar na véspera do Dia Mundial da Erradicação da Pobreza.

Com efeito, um terço dos açorianos está em risco de pobreza, o equivalente a 89 mil pessoas.

Nos Açores o número de pessoas em risco de pobreza e de exclusão social é de 1 em cada 3 açorianos, ou seja, o equivalente a 89 mil pessoas.

Os sindicatos dos Açores têm alertado para esta situação e também para o facto de o salário líquido mensal médio dos trabalhadores açorianos por conta de outrem é de 110 euros inferior à média nacional, já por si baixa.

Na Região, 19 mil trabalhadores levam para casa menos de 600 euros mensais e muitos deles em situação de precariedade.

As estatísticas do Instituto Na-

cional de Estatística (INE) comprovam que crescem as desigualdades nos Açores, num contexto em que as taxas de risco de pobreza na nossa Região já são as maiores do país.

A situação poderá ter piorado com a pandemia.

Do que se sabe, em 2020, primeiro ano da pandemia, o número de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social no país aumentou 12,5%, algo que não acontecia desde 2014.

Aumentaram também outros indicadores de pobreza: a taxa de risco de pobreza (antes e após transferências sociais) e a desigualdade entre os rendimentos dos 20% mais ricos e dos 20% mais pobres.

Concretamente, nos primeiros dois indicadores da tabela recuámos a valores de 2017, e nos outros dois indicadores recuámos a valores de 2016.

Em comparação com os países da União Europeia, entre 2019 e 2020, Portugal piorou a sua posição, no que respeita à pobreza, em 3 indicadores-chave: a percentagem de população em risco de pobreza ou exclusão social, a taxa de risco de pobreza e a desigualdade na distribuição do rendimento

Açores com mais pesca em Julho do que no país

Em Julho de 2022, o volume de capturas de pescado em Portugal diminuiu 8,0% (+18,7% em junho), justificado pela menor captura de peixes marinhos (nomeadamente biqueirão, carapau e sardinha), revelou ontem o INE.

Às 15 602 toneladas de pescado correspondeu uma receita de 35 137 mil euros, valor que representou um aumento de 7,0% (+13,3% em junho).

Mais 12% na Região

Nos Açores foram capturadas 1.929 toneladas de pescado, ou seja, um acréscimo de 12,8% (+45,7% em

Junho), sobretudo consequência da maior captura de atuns. Pelo contrário, as 494 toneladas da R. A. da Madeira representaram um ligeiro decréscimo de 0,7% (-9,5% em Junho), especialmente devido ao menor volume de captura de atuns, carapau e cavala.

O preço médio do pescado descarregado foi 2,16 Euros/kg, ou seja, um acréscimo de 16,2% (-4,2% em junho). O preço médio dos peixes marinhos (1,69 Euros/kg) teve igualmente um aumento de 12,2%, que ficou em parte a dever-se ao preço superior atingido por espécies como a sardinha, a cavala, o carapau, os atuns e o peixe-espada